

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 2.844, DE 2003

Dispõe a veiculação de mensagem educativa relativa à disseminação de pornografia em sítios que ofereçam recursos de intercâmbio de mensagens em tempo real.

Autor: Deputado TAKAYAMA

Relator: Deputado SANDES JUNIOR

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei oferecido pelo ilustre Deputado Takayama propõe que os sítios da Internet que oferecem serviços de intercâmbio de mensagens em tempo real, conhecidos pela palavra inglesa “*chat*”, sejam obrigados a veicular periodicamente frases educativas sobre a disseminação de pornografia.

Essas frases, que serão definidas por meio de regulamentação do Poder Executivo, deverão ser introduzidas nas páginas de acesso ao serviço de “*chat*” a cada cinco minutos, intercaladas com as mensagens dos usuários e também nos espaços destinados a publicidade, e versarão obrigatoriamente sobre a proteção da criança e do adolescente em face da pornografia.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental e cabe a esta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática se posicionar sobre o mérito da matéria.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A disseminação de pornografia na Internet tem se constituído um problema que atinge o vetor moral da sociedade brasileira. Nesse contexto, as crianças e adolescentes estão expostas não somente a crimes, mas, sobretudo, a danos à formação de sua personalidade, que corrompem valores morais, éticos e de costumes, os quais, aperfeiçoados ao longo da história, dão sustentação à sociedade moderna.

É fato que tais práticas não encontram respaldo no conjunto da sociedade e, portanto, cabe ao Poder Público instituir mecanismos simples, viáveis técnica e financeiramente e aderentes à realidade tecnológica, que permitam a conscientização social de que práticas dessa natureza não são aceitáveis.

Sendo assim, consideramos que a iniciativa ora em análise, ao obrigar a exibição de mensagens educativas nos mesmos espaços de publicidade e de mensagens de usuários, é de implantação simples e de baixo custo, visto que bastará aos administradores dos sítios operarem pequenas modificações em seus sistemas para atender a legislação.

Ademais, medidas dessa natureza já são aplicadas pela legislação brasileira relativa à radiodifusão e mídia impressa, e assemelham-se a iniciativas legais adotadas por diversos países da Europa e também dos Estados Unidos da América, países que estão mais avançados que o Brasil no combate a banalização da sexualidade, sobretudo a infantil.

Diante do exposto, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei 2.844, de 2003.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado SANDES JUNIOR
Relator